REUNIÃO DO COSAG

AGENDA LEGISLATIVA PARA O AGRONEGÓCIO

A reunião do Conselho Superior do Agronegócio (Cosag) foi realizada em 5 de abril último, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

ABERTURA



JACYR COSTA FILHO

Presidente do Cosag/Fiesp

No meio desta pandemia que já nos acomete há mais de um ano, esperamos que a vacinação em massa da nossa população deslanche, com o Congresso Nacional (CN) entrando em ritmo de trabalho mais forte neste segundo trimestre. Temos duas apresentações na nossa reunião. Primeiro, acompanharemos o deputado federal Sergio Souza, que assumiu a presidência da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) recentemente, em fevereiro, sobre as novidades e as expectativas com relação à agenda de trabalho a ser desenvolvida neste ano. Depois, contaremos com a apresentação do Nilson Aparecido Leitão, que, com muita conversa e negociação, conseguiu compor uma chapa única no Instituto Pensar Agropecuária (IPA). Para finalizar, teremos uma apresentação especial da Leticia Zamperlini Jacintho, integrante do movimento De Olho no Material Escolar.

AGENDA DA FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA



SERGIO SOUZA

Deputado federal (MDB/PR) e presidente da FPA

Continuaremos o nosso trabalho em favor do agro. Há alguns desgastes recentes no processo de aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021. Tivemos cortes no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e nos recursos de crédito rural nos subsídios do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). Já na Lei nº 14.130/21, que criou os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), houve vetos presidenciais. Procuraremos, então, reverter essa situação.

Queremos aproveitar essa oportunidade para conversar sobre como as entidades, o Parlamento e o Governo podem melhorar ainda mais o desempenho do agro. Estamos diante de um público que entende e conhece as dimensões da preservação ambiental e o potencial instalado para o desenvolvimento do agronegócio no futuro. Acreditamos que a vocação principal do Brasil seja o agro, tendo sido abençoado por Deus para ser assim.

Com fatores favoráveis de clima, solo e topografia, fizemos uma colonização com aptidão para a agricultura oriunda basicamente da Europa. Chegamos a uma posição gigante na produção mundial de alimentos. Já abastecemos em torno de 10% da população global, com uma meta de chegarmos a 20% até 2050.

Recentemente, estivemos na China e percebemos claramente o desespero da sua população na questão crítica da segurança alimentar. Naquele momento, a peste suína chegava ao auge. No acesso ao consumo, havia 1 bilhão de pessoas a serem atendidas, sendo que mais 500 milhões virão nos próximos anos. Enfim, podemos antever as dificuldades de carência nutricional a serem enfrentadas pelos continentes africano e asiático.

Sabemos da necessidade de produzir mais alimentos para atendermos essa demanda em escala mundial. A nossa função na FPA é resolver alguns gargalos no meio do caminho. Enfrentamos grandes desafios para dobrar a produção de alimentos no Brasil até 2050 de maneira responsável e sem agredir a natureza.

Precisamos mitigar algumas colocações difundidas de forma desvirtuada com repercussão negativa nas sociedades brasileira e internacional. As notícias falsas deixam a impressão de que o agricultor é o grande vilão do desmatamento da Amazônia e o causador da poluição global. Na verdade, nenhum país do mundo faz o sistema de plantio direto e cumpre um rigoroso Código Florestal (CF) com práticas sustentáveis como o Brasil.

Assim, na comunicação, perdemos a guerra devido a uma série de informações propositalmente erradas.

Para a nossa gestão da FPA durante o biênio 2021-2022, montamos dois pilares de trabalho para focar:

- Regularização fundiária – a Amazônica proveu a antropização, levando e dando terra aos colonos, mas sem dar a eles, na grande maioria, o título de posse e o domínio da propriedade rural. Mesmo atendendo as normas do CF, com 80% da área para preservação e 20% legal para produzir, os produtores ficam em situação fora da lei por queimada e desmatamento. A nossa posição corre a favor de darmos título a quem é de direito. Coibimos e combatemos a queimada, o desmatamento e a grilagem de terras. Pretendemos e devemos votar, ainda neste primeiro semestre, na Câmara e no Senado essa nova lei que permitirá a regularização fundiária.

- Licenciamento ambiental – esse instrumento deixa muito caros os modais de transporte e as redes de transmissão de energia para chegarmos ao interior do País. Há limitações para instalar e levar uma nova linha de energia quando existe a necessidade de passar dentro e próximo de uma reserva indígena, atravessar um rio e contornar uma estrada. Quem paga essa conta é o cidadão.

Temos, também, uma legislação muito desatualizada quando se analisam os defensivos agrícolas. A aprovação de uma nova molécula chega a demorar dez anos. Fica um custo alto no bolso do produtor, depois repassado ao consumidor. A lei brasileira proíbe a liberação de uma nova molécula com maior toxidade, mas queremos modernizar esse instrumento legal para dar mais agilidade aos processos de análise. Nessa direção, podemos dispor de produtos mais eficientes e com menos resíduos.

Na demarcação de terras indígenas, encontramos uma série de problemas. Somos a favor da educação e da saúde de qualidade desses povos. Queremos seu sustento com exploração e lavra de áreas para subsistência. No entanto, também não podemos permitir a demarcação de terras já concedidas pelo Estado ao produtor rural. Partimos do princípio de que a expropriação não dá direito a indenização.

Precisamos mudar a imagem do produtor rural perante as sociedades brasileira e internacional. Estamos promovendo conversas nas embaixadas e participaremos de eventos internacionais importantes nas questões ambientais e sociais. O presidente Macron, da França, disse que não comprará soja brasileira porque desmatamos para produzir. Sem medo, queremos responder e explicar para ele que somente 8% dessa cultura vem do bioma amazônico.

Na bancada ruralista do CN, estamos focados nas questões ligadas ao agronegócio, com a boa utilização das terras do País e medidas para a redução dos custos de produção.

AGENDA DO INSTITUTO PENSAR AGROPECUÁRIA



NILSON APARECIDO LEITÃO

Presidente do IPA

Nascido em 2011, o IPA possui a intenção de fazer uma assessoria técnica para chegarmos com uma legislação mais eficiente ao CN. Procuramos debater os temas conflitantes de forma madura e inteligente, com bases de dados de consultoria de qualidade para formatarmos boas propostas.

Com o papel de ficar nos bastidores, assessorando e juntando as entidades, cujas empresas associadas têm voz e vez para falar das suas demandas, o IPA busca simplificar e desburocratizar o País. Várias leis que lá nasceram foram apresentadas e aprovadas nos últimos anos pelo CN.

Estamos com uma lista grande de desafios nas questões internacionais. Por isso, sentamos à mesa e organizamos, de forma prévia, a agenda internacional ambiental neste ano. Começamos com o evento Conferência da Terra (Earth Summit), realizado em Washington, nos Estados Unidos, e vamos até a 26ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-26/UNFCCC, nas siglas em inglês), programada para novembro próximo, em Glasgow, na Escócia.

Uma nova pauta está sendo construída com visão internacional para ser negociada com a União Europeia, a China e os Estados Unidos, que representam 60% das emissões de gases do efeito estufa (GEE). Como os debates, certamente, afetarão o Brasil, teremos de nos preparar para a conversa junto aos Ministérios do Meio Ambiente (MMA), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e das Relações Exteriores (MRE).

Seguindo a FPA, os conteúdos analisados pelo IPA defrontam-se, ainda, com questões de segurança jurídica que se

arrastam há muito tempo. Com evolução tecnológica, o agro aumenta a produtividade com menos área, enquanto persistem assuntos do século passado, como a regularização fundiária e o licenciamento ambiental. Não podemos mais ter uma lei para defensivos e fertilizantes de décadas passadas enquanto, em contrapartida, os países desenvolvidos trilham para produtos mais modernos.

Para transportar a nossa produção, existem rodovias federais que estão há mais de doze anos com orçamento e financiamento garantido, mas que permanecem inacessíveis porque falta a liberação do licenciamento ambiental. Com fila de carretas carregadas de produtos para gerar emprego e renda, seguimos em discussão e não decidimos pavimentar. Faltam decisões para uma ampla desburocratização dessas normas.

Imaginávamos os Fiagro aprovados de forma mais forte. A Receita Federal encontrou falhas na parte do fisco. Os fundos imobiliários giram em torno de R$ 170 bilhões. Com esse raciocínio, precisamos financiar o agro da mesma forma. Dos 5,5 milhões de propriedades rurais, 80% são de proprietários que revelam falta de renda e necessidade de recursos.

Essa máquina pesada precisa ser revista, com uma profunda reforma administrativa, que se inicia com uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) e várias leis em andamento paralelo. Existem exemplos de medidas a serem feitas. A Câmara Federal possui um custo anual de R$ 6 bilhões. Se os deputados forem para casa, esse valor cairá para R$ 5 bilhões – uma economia de aproximadamente 20%. Entre 2016 e 2017, o governo federal gastou R$ 2 bilhões em aluguéis de prédios fechados, obsoletos e ociosos.

Com relação à reforma tributária, o relatório do ex-deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ficou parado na Câmara Federal. No Senado Federal, o tema ganha prioridade, com três propostas difíceis de serem conjugadas ao mesmo tempo. A discussão deve começar com a eficiência, a simplificação e a desburocratização para limpar as dezenas de itens existentes no sistema de cobrança. Depois disso, deve-se pensar em mudança de alíquota.

Essas duas reformas – administrativa e tributária – terão de acontecer até o final do terceiro trimestre. Depois disso, será difícil acontecer. Nesse período, já começam a ganhar

SHUTTERSTOCK



dimensão os rumores das perspectivas para as eleições de 2022, com envolvimento de um terço do Senado e toda a Câmara Federal.

A discussão sobre endividamento pode ser considerada um tema permanente. A pandemia generalizada e as secas em algumas regiões do País afetaram a renda do campo. As operações de crédito rural sofreram prorrogações das parcelas de vencimento, e as dívidas do próprio setor passaram por renegociação. Houve um grande trabalho do Governo e do CN para jogar para frente esses pagamentos. Agora, cabe uma reorganização para normalizar essa situação, com uma nova proposta de financiamento para o setor.

O tema do licenciamento está bem encaminhado e praticamente pronto para ser votado desde 2018. Houve um acordo entre o MAPA e o MMA para alguns itens de conflito serem votados separadamente. Nesse caso, a sensação do CN também é de que, se não houver celeridade para aprovar a lei antes do último trimestre deste ano, não haverá no clima mais tenso das eleições de 2022.

A matéria sobre a Lei dos Defensivos Agrícolas também está pronta, com um ambiente bom para que ela seja votada. A pandemia mostrou que a aprovação de alguns produtos internacionais deve correr mais rápido na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A nossa legislação em relação a esses insumos segue passos totalmente contrários aos produtos modernos já utilizados no Brasil e no exterior. O produto aprovado para ser comercializado no mercado interno chega com tecnologia defasada tendo em vista o padrão praticado nos países desenvolvidos. A discussão desse tema deve ser feita de forma independente.

No tema da logística, assistimos às notícias diárias da concretização de novas privatizações para a construção de novas redes ferroviárias, mas o Brasil ainda continua enroscado nos embaraços fundiários e ambientais. O aspecto orçamentário sempre se resolve quando há, de fato, dinheiro privado na veia, como no caso da armazenagem, com déficit de 100 milhões de toneladas. Essas situações deixam-nos muito abaixo das condições traçadas pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) para um país produtor de alimentos.



EDUCAÇÃO DAS NOSSAS CRIANÇAS COM RELAÇÃO AO AGRONEGÓCIO



LETICIA ZAMPERLINI JACINTHO

Integrante do movimento De Olho no Material Escolar

Representamos um grupo de mães e pais preocupados com o conteúdo das apostilas escolares. Dedicamo-nos a trazer a realidade da cadeia de produção do agro brasileiro para o material didático das nossas crianças, plantando verdades e colhendo conhecimento.

Esfera mais importante da sociedade, a Educação estabelece a consciência, o caráter e os caminhos para o futuro das crianças e dos jovens. Por isso, apresentamos o movimento De Olho no Material Escolar, com exemplos de materiais didáticos de grandes grupos educacionais brasileiros, tanto privados, quanto públicos, completamente deslocados da realidade do setor.

A história contada em muitos materiais escolares retrata o agro como fomentador da injustiça, da opressão e da destruição, como se estas fossem a sua única realidade – uma visão com lentes do passado, que remete ao período colonial e que desconsidera os bons casos maiores e representantes dessa era tecnológica moderna.

Acreditamos que o futuro do País está ligado à sua competência na produção de alimentos. Nesse sentido, o agro representa a oportunidade para equilibrarmos o desenvolvimento sustentável e proporcionarmos bem-estar às próximas gerações. Com a revisão e a correção desses materiais didáticos, enriqueceremos os livros, auxiliando os professores e educando os alunos com informações reais sobre o setor.

Estamos nos organizando em grupos para atuar: (i) nas esferas governamentais, seja federal, estadual ou municipal; (ii) nas relações com instituições e entidades; (iii) na comunicação institucional de mídias e eventos; (iv) no recolhimento e na revisão do material escolar recebido; (v) na pesquisa dos mercados editorial e educacional; e (vi) na biblioteca virtual.

Para apoiar o setor público, escolas, editoras e autores, a nossa proposta consiste em aprimorar o material didático educacional. Queremos contribuir para uma visão mais científica, baseada em dados oficiais. O movimento de cada pessoa, com certeza, fará a diferença no processo. Junte-se a nós.

ENCERRAMENTO



ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

Ouvimos o presidente da FPA, deputado Sergio Souza, do Paraná, colocar as prioridades para o biênio da sua gestão entre 2021 e 2022. Com segurança jurídica, ele pretende mudar a imagem do setor rural perante a opinião pública, interna e externa. Na questão da regularização fundiária, deseja sanar as condições de ilegalidade, principalmente dos pequenos produtores rurais. Ao mesmo tempo, buscará aprovar as leis para agilizar o licenciamento ambiental e liberar novas moléculas de defensivos agrícolas, além da questão das terras indígenas.

Político experiente e habilidoso, Nilson Leitão citou com muita clareza e clarividência praticamente os mesmos temas tratados por Sergio Souza. No seu alinhamento de ideias, traçou as prioridades do IPA, com uma agenda de temas ligadas à questão ambiental que avançará até a COP-26, mais no final do ano. Esses assuntos deverão ser tratados com muito critério na linha da convergência – conforme citado pelo Evaristo de Miranda, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – entre o setor privado, o Governo e o IPA/FPA, para termos posições bastante articuladas e positivas.

As palavras da Leticia Zamperlini Jacintho consolidaram a necessidade de estarmos juntos no esforço de montar e executar um programa para mudar a imagem do Brasil, a começar pelo material escolar. Coisa mais "principista" do que isto não existe: iniciar com a criançada, tendo a educação como ponto de partida em todos os processos. Devemos apoiá-la e trazê-la para participar do Cosag. Então, a convergência esteve plena entre os palestrantes de mais essa reunião. ■